

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Notícias Gerais  
Período de Análise: junho de 2009.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Revista Globo Rural  
Revista Isto é Dinheiro Rural

## Índice

<b>Políticas sociais têm importante efeito anticrise, afirma ministro Patrus Ananias - Sítio eletrônico do MDS - 10/06/2009 .....</b>	<b>3</b>
<b>Ex-ministro prevê cenário melhor - Paula Pacheco - Estado de São Paulo - Economia e Negócios - 14/06/2009 .....</b>	<b>4</b>
<b>Meta do Luz para Todos em 2010 não deve ser atingida - Eduardo Scolese - Folha de São Paulo - Brasil - 15/06/2009.....</b>	<b>5</b>
<b>PIB do campo cai 0,53% no 1º trimestre - Mauro Zanatta - Valor Econômico - Agronegócios - 18/06/2009.....</b>	<b>7</b>
<b>Luz Para Todos deixará 168 mil sem energia - Rafael Rosas - Valor Econômico - Brasil - 19/06/2009.....</b>	<b>8</b>
<b>Com a crise, fome atingirá 1 bilhão de pessoas, diz ONU - Folha de São Paulo - Dinheiro - 20/06/2009 .....</b>	<b>9</b>
<b>Aumenta em São Paulo numero de candidatos a quilombolas - José Maria Tomazela - Estado de São Paulo - Nacional - 21/06/2009 .....</b>	<b>10</b>
<b>Nordeste vê benefícios em isenção da cesta básica - Carolina Mandl e Raquel Ulhôa - Valor Econômico - Brasil - 22/06/2009.....</b>	<b>12</b>

**Políticas sociais têm importante efeito anticrise, afirma ministro Patrus Ananias –**  
Sítio eletrônico do MDS – 10/06/2009

“As políticas sociais, além de garantir o direito à vida e à alimentação, têm um importante efeito anticrise”, afirmou o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, durante encontro que debateu os impactos da crise econômica nas políticas públicas em Minas Gerais, realizado nesta terça-feira (9/6), na Assembléia Legislativa do Estado, em Belo Horizonte.

No evento da Comissão Extraordinária para Enfrentamento da Crise da Assembléia, que reuniu parlamentares e representantes de movimentos sociais, o ministro ressaltou que os programas sociais, ao “colocar dinheiro nas mãos dos pobres”, estão permitindo o aumento do consumo, o que ajuda a manter a economia aquecida, fortalecer o mercado interno e gerar empregos. Para o ministro, durante muito tempo colocou-se no Brasil uma antítese entre crescimento econômico e políticas de inclusão. “Estamos descobrindo hoje que as políticas sociais garantem a sustentabilidade do crescimento econômico. Não se trata mais de crescer para incluir, mas de incluir para crescer”, enfatizou.

Ao falar sobre as ações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome nas áreas de assistência social, transferência de renda e segurança alimentar, Patrus Ananias mostrou que a aposta do Governo Federal para enfrentar a crise foi ampliar e consolidar os investimentos em programas sociais, como o Bolsa Família. Em 2009, o Programa teve um aporte de mais de R\$ 549 milhões, o que vai permitir a inclusão de mais 1,8 milhão de famílias pobres até 2010 (em maio, já foram incluídas 300 mil). Com isso, o número de famílias atendidas pelo Programa passará de 11,1 milhões para 12,9 milhões e os investimentos chegarão a R\$ 11,9 bilhões.

O ministro destacou ainda que as políticas sociais, hoje, estão no campo dos direitos e se consolidam seguindo uma linha republicana e suprapartidária.

**Ex-ministro prevê cenário melhor** – Paula Pacheco - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 14/06/2009

O ex-ministro da Agricultura e professor da Fundação Getúlio Vargas, Roberto Rodrigues, acredita que as empresas do agronegócio deverão ganhar fôlego nos próximos meses com a tendência de recuperação de preço e de consumo tanto para a carne quanto para o açúcar.

"A atividade sucroalcooleira tem um horizonte mais animador porque o preço subiu, principalmente no primeiro quadrimestre, graças aos problemas de safra que a Índia, grande produtora, teve", explica Rodrigues.

No caso das carnes, o grande impulso, segundo o ex-ministro, deverá vir da abertura de novos mercados e da aquecida demanda interna. Além disso, a produção caiu nos últimos meses por conta dos problemas no setor e, com a oferta menor, a tendência é de aumento de preço.

Analista de agronegócio da consultoria Tendências, Amarilys Romano também acredita em recuperação no açúcar e na carne no segundo semestre deste ano e em 2010. "Os custos de produção não devem aumentar e a rentabilidade deverá ser maior"

FALTA DE CRÉDITO

Dados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) mostram a transição enfrentada pelo setor sucroalcooleiro. Em agosto de 2008, antes da crise, a expectativa era de que o setor recebesse R\$ 28 bilhões de investimentos entre 2009 e 2012. Em novo levantamento feito pelo banco em dezembro, o montante caiu para R\$ 20 bilhões.

Presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (Abipecs), Pedro de Camargo Neto, afirma que no agronegócio as decisões são de longo prazo. E, portanto, ao ser abatida pela crise uma empresa do setor tem mais dificuldades na mudança de rota ou na simples interrupção dos investimentos. "No nosso caso, as férias coletivas não funcionam", explica. "Não dá para adiar o calendário no campo".

Para Camargo, havia um excesso de euforia tanto entre os frigoríficos quanto entre as usinas. "O BNDES é parcialmente culpado porque bombou os frigoríficos com dinheiro, deu uma fábula e de uma hora para outras essas empresas perderam o mercado da União Europeia, que passou a exigir a rastreabilidade (chip que permite ter um tipo de histórico do animal). Na sequência veio a crise no mercado global", acusa.

Entre os efeitos de tanta euforia estão o aumento de IPOs (abertura inicial de abertura de capital) e o crescimento do endividamento. "Foi uma combinação de euforia com mudança

repentina do mercado financeiro. Só quem não estava na tal euforia conseguiu escapar", afirma o presidente da Abipecs. Agora, para complicar, vem o problema do câmbio.

O analista de agronegócio da consultoria Lafis, Ricardo Jacomassi, afirma que houve muito oba-oba, mas acha que as próprias empresas têm responsabilidade na atual situação. "Jogou-se muito com o preço futuro por meio dos fundos de derivativos. Foi um processo de montagem de operações futuras excessivamente especulativo. Com a queda dos preços internacionais, houve um desajuste entre as operações", explica.

### **Meta do Luz para Todos em 2010 não deve ser atingida** – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 15/06/2009

Um dos programas federais com maior apelo social e eleitoral, o Luz para Todos será concluído em 2010 sem universalizar o acesso à luz elétrica no país, como prometeu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O programa tirou da exclusão elétrica 1,8 milhão de famílias entre 2004 e 2008 e, para o biênio 2009/2010, prevê o atendimento de 1,1 milhão de novos domicílios. Fora dessa meta, porém, restaram ao menos 168 mil famílias sem luz. Elas estão espalhadas por Amazonas, Bahia e Minas Gerais e somente poderão ser atendidas a partir de 2011, o que, na prática, tira do governo o discurso da "universalização". A sobra, segundo as distribuidoras e os comitês gestores do programa, está assim dividida: 37 mil famílias em Minas Gerais, 41 mil no Amazonas e 90 mil na Bahia.

Lançado em 2003 pela então ministra de Minas e Energia Dilma Rousseff, hoje na Casa Civil e o principal nome petista para a sucessão do presidente Lula, o programa tinha como meta inicial atender 2 milhões de famílias até 2008. Esse número, devido ao aumento da demanda, foi ampliado, em 2007, para quase 3 milhões de ligações. Incorporado como um dos selos sociais do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), o Luz para Todos nasceu com data para terminar. Em dezembro de 2010, o programa será extinto e junto com ele acabam os subsídios para levar fios, tomadas, postes e lâmpadas aos pontos mais distantes e isolados, o que tornará mais complicada a situação das famílias fora da meta. Hoje a maior parte (aproximadamente 70%) do programa é financiada pelos próprios consumidores de energia elétrica, por meio de percentuais cobrados nas tarifas. O restante dos recursos vem dos governos estaduais e das distribuidoras de energia. José Gabino, da Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), afirma que, para atender os domicílios fora da meta, solicitará ao governo federal a prorrogação dos subsídios do Luz para Todos para além de 2010. "No ponto de partida do programa, você tinha realidades muito diferentes, com alguns

Estados com índices de atendimento bem maiores que outros. O que se verifica hoje, na prática, é que em outros Estados restou um investimento muito grande para poder atender a todos", afirma Gabino.

### **Crescimento**

### **vegetativo**

Esse déficit de 168 mil famílias não inclui os novos domicílios erguidos em áreas já atendidas com sistema de energia elétrica, dentro do chamado "crescimento vegetativo". Segundo as distribuidoras, elas ficaram de fora por conta do alto custo das ligações e da insuficiência de material e de mão de obra na região. Procurado, o Ministério de Minas e Energia não comentou os domicílios excluídos pelo Luz para Todos. Disse apenas que atuará para o cumprimento das metas. O programa é tido como vitrine eleitoral por provocar uma mudança no cotidiano dos beneficiários e na economia das comunidades atendidas. Os benefícios são diretos: a família passa a assistir televisão, a conservar alimentos na geladeira e a puxar água de um poço artesianos, sem falar na aposentadoria dos pré-históricos (mas ainda presentes) candeeiros a óleo. No campo econômico, torna desnecessário o uso oneroso de geradores e, aos pequenos agricultores, facilita a trituração da ração animal e abre espaço para ampliar a produção de leite.

Neste ano, a meta é atender 510,1 mil famílias e, em 2010, 578,4 mil. Desse total de 1,1 milhão de domicílios, 45% estão na chamada Amazônia Legal (Estados do Norte, além de Mato Grosso e de parte do Maranhão). Esse é o chamado "osso" do programa, ou seja, onde estão as localidades com dificuldade de acesso e nas quais, pelo custo e pela logística, fica impossível ou inviável fincar postes e esticar fios, o que obriga as distribuidoras a buscar fontes alternativas de energia.

### **Pasta diz que "meta de atendimento está estabelecida"**

Procurado por meio da assessoria de imprensa do Ministério de Minas e Energia, o diretor do Departamento de Políticas Sociais e Universalização do Acesso à Energia, Hélio Morito Shinoda, não quis se manifestar. A pasta, informada sobre o teor da reportagem, limitou-se a dizer, por meio de nota, que "a meta de atendimento" do Luz para Todos está "estabelecida" em resolução aprovada no mês passado pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica). A resolução aponta a meta de cada um dos Estados para o biênio 2009/2010, fase final do Luz para Todos -510,1 mil em 2009 e 578,4 mil em 2010. O ministério afirmou ainda que "fará a gestão com os agentes executores para o cumprimento das metas estabelecidas pela resolução". A respeito do fato de pelo menos 168 mil famílias terem ficado de fora da meta, a pasta não se manifestou. A Coelba (Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia) informou que 90 mil famílias não foram incluídas na meta por conta do "elevado custo" das ligações, já que esses domicílios estão em localidades "distantes das redes existentes". Por conta disso, afirma a companhia, esse tipo de trabalho requer mais tempo e uma

"capacidade operacional de que a concessionária não dispõe". A Coelba também mencionou o risco de, ao buscar essa execução, ultrapassar o limite de até 8% que pode ser repassado às tarifas dos consumidores por conta dos custos de operação e de manutenção da rede. Sobre os 37 mil domicílios fora da meta, a Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais) afirma que aguarda uma possível terceira etapa do Luz para Todos. Por ora, porém, não existe nenhuma sinalização sobre isso. A Cemig afirma que, em uma parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado, está verificando em campo todos os clientes sem energia elétrica já cadastrados. Procurada pela **Folha**, a Manaus Energia não se manifestou sobre a sobra de 41 mil famílias.

#### **PIB do campo cai 0,53% no 1º trimestre – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 18/06/2009**

Em baixa desde outubro de 2008, o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio brasileiro registrou uma nova variação negativa de 0,53% no primeiro trimestre deste ano, apontou a pesquisa conjunta de Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea-USP) e Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA) divulgada ontem. O PIB global brasileiro recuou 0,8% entre janeiro e março.

A crise financeira mundial prejudicou especialmente os segmentos da agricultura básica, cujo PIB recuou 1,9%, e de insumos (baixa de 1,16%). A pecuária registrou leve crescimento de 0,17% de janeiro a março.

A pesquisa Cepea-CNA também mostrou o bom resultado da soma das riquezas geradas pelo campo em 2008. Houve variação positiva de 6,97% no período, resultado superior ao crescimento de 5,1% do PIB global brasileiro em 2008. No total, as riquezas do campo somaram R\$ 764,6 bilhões, ou 26,4% do PIB brasileiro.

Mas o cenário para 2009 é desanimador, de acordo com previsão da CNA. Para crescer de forma semelhante ao ano passado, seria necessário crescer 0,8% até o fim deste ano. "Se o governo tomar medidas para viabilizar o setor e garantir acesso ao crédito, podemos igualar 2008. Se não, perderemos o atual boom de preços das commodities", afirmou a presidente da CNA, senadora Kátia Abreu (DEM-TO).

Principal liderança ruralista, a senadora é cética em relação ao novo Plano de Safra 2009/10 a ser anunciado pelo Ministério da Agricultura anuncia na segunda-feira.

"Anunciar o que não vai ser contratado é uma judiação". O governo precisaria oferecer, segundo ela, um fundo garantidor de crédito (FGC) ao setor, além de alterar as regras de reclassificação de risco do Banco Central para permitir acesso dos produtores a novos créditos.

"Mas a Fazenda está muito morosa com isso", disse Kátia Abreu. Segundo ela, um estudo do Banco do Brasil aponta a necessidade de R\$ 7 bilhões para o FGC da agropecuária. "O BB ajudou a fazer esse estudo que mostra que podemos reincluir 15% dos produtores hoje fora do crédito oficial", afirma a senadora.

A CNA aponta sinais preocupantes adicionais para o agronegócio neste ano. O recuo do PIB pelo sexto mês consecutivo deve ser somado à queda de 6,5% no faturamento bruto da agropecuária. À exceção de carne bovina, trigo, cana e algodão, todas as demais atividades agropecuárias importantes devem sofrer retração de VBP neste ano, segundo a CNA. As vendas de fertilizantes recuaram de 9 milhões nos primeiros cinco meses de 2008 para 6,6 milhões de toneladas no mesmo período deste ano. Em defensivos, foram vendidos 27% menos, segundo a CNA.

"O produtor não está conseguindo acesso ao crédito. Faltou dinheiro para comprar insumos e está sobrando até recursos a juros controlados", afirmou ela.

Nesta composição do cenário adverso, mesmo com a demanda aquecida da China por commodities agrícolas, também está a queda dos preços médios dos produtos exportados pelo agronegócio. De janeiro a maio deste ano, quase a maioria absoluta dos embarques foram realizados com preços em forte retração. O resultado de um ano de performance negativa pode ser o abandono da atividade por alguns produtores e a elevação na concentração das terras em mãos de outros poucos.

"Talvez o governo não se preocupe com a saída desses joões, marias e josés, mas isso gera concentração de propriedades e da produção. Se a cada crise dessas eliminarmos 100 mil produtores, o negócio só vai ficar bom para alguns poucos, como indústrias vêm fazendo conosco", avalia a presidente da CNA.

**Luz Para Todos deixará 168 mil sem energia** – Rafael Rosas – Valor Econômico – Brasil  
– 19/06/2009

O presidente de Furnas Centrais Elétricas, Carlos Nadalutti, admitiu que o programa Luz Para Todos não deverá atingir todos habitantes do país dentro do prazo fixado - até o fim de 2010. Questionado sobre a possibilidade de que cerca de 168 mil pessoas não estejam



ligadas ao sistema elétrico ao fim do ano que vem, o executivo lembrou que os números são constantemente atualizados, mas que a quantidade "é dessa ordem".

"No nosso caso, a geografia na nossa área de atuação traz algumas facilidades. Mas se a gente avançar para a Amazônia, teremos dificuldades maiores. Então lá vai demorar um pouco mais e aí 2010 com certeza não será suficiente", afirmou Nadalutti, que participou ontem da 1ª Feira Programa Luz para Todos, na sede de Furnas, no Rio de Janeiro. "Temos que considerar que o nosso país é de dimensões continentais", acrescentou.

Furnas é responsável por coordenar o programa nos quatro Estados da região Sudeste e no Estado de Goiás. Nesta área, o programa já realizou 420 mil ligações, colocando energia elétrica à disposição de 1,9 milhão de pessoas. Entre os cinco Estados listados, Minas Gerais teve o maior número de beneficiados pelo programa, com 1,1 milhão de pessoas.

Nadalutti destacou que todas as ligações mapeadas na área coordenada por Furnas estarão feitas até 2011 e ressaltou que no Rio de Janeiro a velocidade das ligações está acima do esperado. "No Estado do Rio temos 2.800 ligações para fazer, um número pequeno comparado com outras localidades do Brasil e vamos cumprir isso", disse

### **Com a crise, fome atingirá 1 bilhão de pessoas, diz ONU – Folha de São Paulo – Dinheiro – 20/06/2009**

O número de pessoas que passam fome no mundo deve ultrapassar, neste ano, pela primeira vez a marca de 1 bilhão -ou quase 1 em cada 6 pessoas-, resultado da crise que aumentou o desemprego e reduziu o poder de compra da população (especialmente dos mais pobres), segundo a FAO (organismo da ONU para a agricultura e a alimentação). Isso significa que mais 100 milhões de pessoas entrarão na zona da fome neste ano, encerrando período de mais de 20 anos em que vinha caindo a proporção da população mundial subnutrida -resultado dos projetos contra a pobreza e do crescimento nos últimos anos de economias como Índia, China e Brasil. Agora, o número deve ficar em torno de 16% da população mundial, retornando ao nível do período de 1990-92 -entre 2003 e 2005, a população subnutrida era de 13%. Para a FAO, são subnutridas pessoas que consomem menos de 1.800 calorias ao dia, mas esse número varia de país para país -no Brasil, a exigência é um pouco maior. Essa quantidade de calorias é a necessária para que a maioria dos adultos mantenha seu peso. O aumento nos preços dos alimentos, especialmente nos últimos dois anos, também foi uma das causas. Apesar de terem recuado em relação aos níveis recorde da metade de 2008, os

preços dos alimentos básicos estavam 24% mais altos no fim do ano passado do que dois anos antes. E a alta na cotação não é resultado de colheitas menores, já que a produção de alimentos esperada para este ano é levemente inferior ao recorde atingido no ano passado, de acordo com estimativa da FAO. "A crise silenciosa da fome, que afeta um sexto de toda a humanidade, constitui um sério risco para a segurança e a paz mundial", disse o diretor-geral da FAO, Jacques Diouf. "Hoje, o aumento da fome é um fenômeno global. Todas as regiões foram afetadas." Segundo as projeções da FAO, o menor aumento no número de subnutridos, 10,5% mais que em 2008, ocorrerá na região da Ásia e do Pacífico (países como Tailândia, Vietnã e Papua Nova Guiné), que é o local que já abriga o maior número de subnutridos, pouco mais de 600 milhões - sinalizando que a pobreza tem menos espaço para avançar e também consequência do crescimento de economias como China, Índia e Indonésia, que estão entre as que melhor absorvem o impacto da crise. Em contraste, é nos países desenvolvidos, que foram o epicentro da crise, que a fome deve avançar mais: alta de 15%. O total, porém, é bastante inferior ao das demais regiões: 15 milhões de pessoas. Na América Latina e no Caribe, o número de subnutridos deve chegar a 53 milhões, 8 milhões a mais do que no período de 2004 a 2006 (13% de alta), voltando ao nível dos anos 90.

**Aumenta em São Paulo numero de candidatos a quilombolas** – José Maria Tomazela - Estado de São Paulo – Nacional – 21/06/2009

No casebre de tábuas roídas pelos cupins, espremido entre um barranco e a linha de trens da antiga Estrada de Ferro Votorantim, o sucateiro Paulo Fernandes, de 58 anos, sonha alto. Vê o dia em que a comunidade dos Camargos - exatas 57 pessoas, incluídas as crianças, que hoje se apinham em 18 barracos no local conhecido como Favelinha, na periferia de Votorantim, a 108 km de São Paulo - terá de volta os três mil hectares de terras que teriam pertencido a seus antepassados. Embora brancos em sua maioria, eles se dizem descendentes de escravos.

"Metade da cidade está em nossas terras", diz Fernandes, ex-presidente da Associação dos Moradores da Comunidade Quilombola dos Camargos. "Mas ainda falta o reconhecimento", pondera.

Camargos é uma de quase 20 comunidades paulistas que reivindicam a condição de remanescentes de quilombos, o que, de imediato, lhes asseguraria o direito às terras que ocupam ou ocupavam - algo em torno de 40 mil hectares. A esse número, se somam 24 comunidades já reconhecidas como quilombolas no Estado de São Paulo e que ocupam ou reivindicam mais 60 mil hectares. Embora apenas seis tenham conseguido, até agora, a definição de seu território e a titulação das terras, o número de candidatos só aumenta.

A cada ano, no Estado, pelo menos três novas solicitações batem às portas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) ou da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp). É o caso de uma comunidade situada em Pirituba, na zona oeste de São Paulo, que pleiteia ser o primeiro quilombo urbano da capital. Ali teria existido uma comunidade de escravos fugidos da Marquesa de Santos.

Para o reconhecimento, é preciso comprovar que são comunidades povoadas por descendentes diretos de escravos, que se constituíram a partir de processos como fugas, heranças, doações e recebimento de terras como pagamento por serviços prestados ao Estado. Em alguns casos se admite a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior de grandes propriedades, além da sua compra durante o sistema escravocrata, ou após a abolição.

Para a coordenadora do Movimento Quilombola em São Paulo, Regina Pereira, o artigo da Constituição que reconhece o direito dos remanescentes não estabelece um limite para o reconhecimento. "Há muitas comunidades que têm o direito e sequer foram identificadas."

O núcleo dos Camargos só se deu conta de sua condição de quilombola recentemente. "Ficamos sabendo pelo pessoal do Itesp", diz Fernandez. Antes, a comunidade tinha conhecimento de uma possível herança deixada por um antepassado, o fazendeiro José Joaquim de Camargo. Eles exibem uma escritura, segundo a qual o fazendeiro teria adquirido uma porção de terras do capitão Jesuíno de Cerqueira Cezar em 1874.

Pelo documento, as terras se estendem até Salto de Pirapora, município vizinho. O fazendeiro teria tido filhos com escravas e gerado a possível descendência quilombola. "Somos herdeiros ricos e vivemos nessa miséria", reclama Amaro Fernandes Neto, diretor de patrimônio da associação.

Desde que reivindicaram o reconhecimento como quilombolas, os moradores se ocupam de impedir que aumente a ocupação do que consideram um futuro quilombo. Recentemente, a prefeitura iniciou a terraplenagem para construir uma escola no Votocel, bairro vizinho. "Fomos lá, mostramos o estatuto da associação e mandamos parar o serviço", disse Amaro.

Os barracos não têm água, nem esgoto e a energia, cedida pela Votorantim, chega apenas à noite. A ferrovia, que ficou desativada alguns anos, voltou a operar em 2007 no transporte de minério. "A gente se acostumou com o barulho, mas o perigo são as crianças", diz Amaro.

## **POLÊMICA**

Ele conta que o grupo, que sobrevive da coleta de sucata, é discriminado. "Não dão emprego para as pessoas daqui." Moradores antigos da cidade não acreditam que o local tenha sido um quilombo. De acordo com Joel Ramos, de 86 anos, ali era parte de uma

fazenda adquirida pelo grupo Votorantim. "Os Camargos eram descendentes de um fazendeiro e sempre foram brancos."

O ex-presidente da associação contesta. "Meu pai morou aqui mais de 80 anos e falava da avó escrava." O diretor executivo do Itesp, Gustavo Ungaro, afirma que o governo estadual tem sido cuidadoso no reconhecimento das remanescentes, o que explicaria o pequeno número de comunidades quilombolas com terras tituladas. "É um processo consistente, com base em relatório técnico e científico produzido por antropólogos."

Os cuidados são tomados para evitar que se use a condição de quilombola para obter terras. "A origem têm de estar ligada à resistência à escravidão." Ungaro lembra que, em São Paulo, o título dominial vai para uma associação e a venda da terra é proibida.

No início do mês, o governo reconheceu mais duas comunidades no Estado, ambas em Barra do Turvo, no Vale do Ribeira. O possível reconhecimento do núcleo dos Camargos, diz Ungaro, caberá ao Incra, pois as terras são particulares.

**Nordeste vê benefícios em isenção da cesta básica** – Carolina Mandl e Raquel Ulhôa – Valor Econômico – Brasil – 22/06/2009

Os Estados do Nordeste já adotam isenções e alíquotas reduzidas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para alimentos da cesta básica. Isso vai de encontro à argumentação do governo federal, que quer retirar da reforma tributária a isenção de ICMS dos itens básicos à alimentação por considerar que Estados mais pobres, principalmente os nordestinos, não teriam condições fiscais de suportar a perda de arrecadação.

Em Pernambuco, há uma redução da alíquota de 17% para 2,5% para 14 alimentos e o sabão, além de isenção para a farinha de mandioca. No Ceará, diversos produtos, incluindo frutas como o abacaxi, a laranja e a uva, além de batata, cebola e chuchu, são isentos. Até mesmo o Piauí, Estado brasileiro com o menor Produto Interno Bruto per capita (R\$ 4.213), tem isenção para carnes de caprinos, suínos, peixes, frangos e ovos. Para o arroz e o feijão, a redução deixou a alíquota em 12%.

Segundo a deputada federal Ana Arraes (PSB-PE), autora do artigo incluído na proposta de reforma tributária enviada pelo Executivo que isenta os produtos da cesta básica, a resistência ao fim do ICMS parte de Estados produtores de alimentos básicos. "É a região Centro-Oeste que não quer perder uma importante fonte recursos. Para compensar isso, porém, a reforma tributária prevê um fundo de equalização de receitas. Vejo com preocupação quererem derrubar uma proposta que permite que sobre dinheiro para os mais necessitados", diz.

"Quem mais vai perder são os Estados com base agrícola", concorda Paulo Roberto Monteiro, diretor de administração tributária da Secretaria da Fazenda do Piauí. Ele afirma que o governo piauiense ainda faz a análise dos benefícios da isenção total. "Apesar da perda de receita, há um lado social muito importante desse projeto, que é o de levar mais comida às pessoas."

Mauro Benevides Filho, secretário da Fazenda do Ceará, afirma que o objetivo do governo estadual tem sido reduzir a carga tributária. A cada quatro meses, dez produtos sofrem diminuição da alíquota. Porém, ele diz que ainda é preciso um estudo mais profundo para saber se vale a pena chegar a retirar a tributação de toda a cesta básica. "A grande questão é saber se esse benefício chegará ao consumidor final. Em alguns casos, temos visto que sim. Em outros, não."

No Centro-Oeste, há reconhecimento de que a isenção traria prejuízos fiscais à região. A assessora de política tributária da Secretaria da Fazenda de Goiás, Lourdes Augusta de Almeida Nobre Silva, confirma que a isenção (imunidade) do ICMS dos produtos da cesta básica teria impacto negativo na arrecadação dos Estados do Centro-Oeste.

"Nós do Centro-Oeste, que somos produtores dos itens que compõem a cesta básica (especialmente arroz, feijão, óleo, açúcar, carne e leite), perdemos na operação interna, porque temos um grande número de consumidores desses produtos, e na revenda para outros Estados", afirmou.

Segundo ela, Goiás hoje tem uma carga tributária com esses produtos que varia de 3% a 7% na venda interna desses produtos e de 3% a 12% na operação interestadual. A redução das alíquotas, em vez da isenção, como o governo está propondo agora, "minimizaria" o problema, de acordo com Lourdes.

Apesar de os Estados do Centro-Oeste reconhecerem-se como os maiores perdedores e os do Nordeste como beneficiários da isenção, o deputado Sandro Mabel (PR-GO), relator da reforma tributária na Câmara, sustenta que, além de "todos os Estados perderem com a imunidade, em termos de arrecadação", o prejuízo mais significativo "é dos Estados do Nordeste, onde a cesta básica tem um peso muito grande na arrecadação do ICMS do Estado. "O problema maior é dos Estados do Nordeste, que não produzem. E a arrecadação depende da venda desses produtos. Quanto mais pobre o Estado, mais o problema se agrava", afirmou.

A proposta de reforma tributária foi aprovada na comissão especial em novembro do ano passado e acabou paralisada por falta de consenso. No início de junho, numa tentativa de reanimá-la, o governo sugeriu três mudanças ao texto que saiu da comissão especial. Além de retirar a isenção do ICMS da cesta básica, incluída pelo PSB na comissão, o governo propõe mudança na tributação da renda dos bancos e na convalidação de benefícios fiscais mais recentes do ICMS. Esta semana, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, espera que os líderes oposicionistas aceitem seu convite para discutir a nova proposta.

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**  
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

**Assistentes de Pesquisa**  
Karina Kato e Silvia Zimmermann

**Secretária**  
Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas**  
**Públicas para a Agricultura**

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade UFRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: [oppa@ufrj.br](mailto:oppa@ufrj.br)  
Site eletrônico: [www.ufrj.br/cpda](http://www.ufrj.br/cpda)

**Apoio**



**actionaid**



**nead**

Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

